

DOMINGO VI DO TEMPO COMUM

CIC 577-582: Jesus e a Lei

577 Jesus fez uma solene advertência no início do sermão da montanha, ao apresentar a Lei dada por Deus no Sinai, quando da primeira Aliança, à luz da graça da Nova Aliança:

«Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim revogá-los, mas levá-los à perfeição. Em verdade vos digo: Antes que passem o céu e a Terra, não passará da Lei a mais pequena letra ou o mais pequeno sinal, sem que tudo se cumpra. Portanto, se alguém transgredir um só destes mandamentos, por mais pequeno que seja, e ensinar assim aos homens, será o menor no Reino dos céus. Mas aquele que os praticar e ensinar, será grande no Reino dos céus» (*Mt 5, 17-19*).

578 Jesus, o Messias de Israel e, portanto, o maior no Reino dos céus, fazia questão de cumprir a Lei, executando-a integralmente até nos mais pequenos preceitos, segundo as suas próprias palavras. Foi, mesmo, o único a poder fazê-lo perfeitamente¹. Os Judeus, segundo a sua própria confissão, não puderam nunca cumprir integralmente a Lei sem violação do mínimo preceito². Por isso é que, em cada festa anual da Expição, os filhos de Israel pediam a Deus perdão pelas suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como lembra São Tiago, «quem observa toda a Lei, mas falta num só mandamento, fica réu de todos os outros» (*Tg 2, 10*)³.

579 Este princípio da integralidade da observância da Lei, não só na letra mas também no espírito, era caro aos fariseus. Tornando-o extensivo a Israel, conduziram muitos judeus do tempo de Jesus a um zelo religioso extremo⁴. E um tal zelo, se não se ficasse por uma casuística «hipócrita»⁵, com certeza que prepararia o povo para esta inaudita intervenção de Deus, que será o cumprimento perfeito da Lei pelo único justo representante de todos os pecadores⁶.

580 O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do divino Legislador, nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho⁷. Em Jesus, a Lei já não aparece gravada em tábuas de pedra, mas «no íntimo do coração» (*Jr 31, 33*) do Servo, o qual, proclamando «fielmente o direito» (*Is 42, 3*), se tornou «a aliança do povo» (*Is 42, 6*). Jesus cumpriu a Lei até ao ponto de tomar sobre Si «a maldição da

¹ Cf. *Jo 8, 46*.

² Cf. *Jo 7, 19*; *Act 13, 38-41*; *15, 10*.

³ Cf. *Gl 3, 10*; *5, 3*.

⁴ Cf. *Rm 10, 2*.

⁵ Cf. *Mt 15, 3-7*; *Lc 11, 39-54*.

⁶ Cf. *Is 53, 11*; *Heb 9, 15*.

⁷ Cf. *Gl 4, 4*.

Lei»⁸ em que incorrem aqueles que não «praticam todos os preceitos da Lei»⁹; porque «a morte de Cristo foi para remir as faltas cometidas durante a primeira Aliança» (*Heb 9, 15*).

581 Jesus apareceu aos olhos dos Judeus e dos seus chefes espirituais como um «rabbi»¹⁰. Muitas vezes argumentou, no quadro da interpretação rabínica da Lei¹¹. Mas, ao mesmo tempo, Jesus tinha forçosamente de Se confrontar com os doutores da Lei porque não Se contentava com propor a sua interpretação a par das deles: «ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas» (*Mt 7, 28-29*). N'Ele, era a própria Palavra de Deus, que Se fizera ouvir no Sinai, para dar a Moisés a Lei escrita, que de novo Se fazia ouvir sobre a montanha das bem-aventuranças¹². Esta Palavra de Deus não aboliu a Lei, mas cumpriu-a, ao fornecer, de modo divino, a sua interpretação última: «Ouvistes que foi dito aos antigos... Eu, porém, digo-vos» (*Mt 5, 33-34*). Com esta mesma autoridade divina, desaprova certas «tradições humanas»¹³ dos fariseus, que «anulam a Palavra de Deus»¹⁴.

582 Indo mais longe, Jesus cumpriu a lei sobre a pureza dos alimentos, tão importante na vida quotidiana judaica, explicando o seu sentido «pedagógico»¹⁵ por uma interpretação divina: «Não há nada fora do homem que, ao entrar nele, o possa tornar impuro [...] – e assim declarava puros todos os alimentos – [...]. O que sai do homem é que o torna impuro. Pois, do interior do coração dos homens é que saem os pensamentos perversos» (*Mc 7, 18-21*). Proporcionando, com autoridade divina, a interpretação definitiva da Lei, Jesus colocou-Se numa situação de confronto com certos doutores da Lei, que não aceitavam a sua interpretação, muito embora garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam¹⁶. Isto vale sobretudo para a questão do sábado: Jesus lembra, e muitas vezes com argumentos rabínicos¹⁷, que o repouso sabático não é violado pelo serviço de Deus¹⁸ ou do próximo¹⁹, que as suas curas realizam.

CIC 1961-1964: a Lei Antiga

1961 Deus, nosso Criador e nosso Redentor, escolheu Israel como seu povo e revelou-lhe a sua Lei, preparando assim a vinda de Cristo. A Lei de Moisés exprime muitas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas encontram-se declaradas e autenticadas no âmago da aliança da salvação.

1962 A Lei antiga é o primeiro estágio da lei revelada. As suas prescrições morais estão compendiadas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assen-

⁸ Cf. *Gl 3, 13*.

⁹ Cf. *Gl 3, 10*.

¹⁰ Cf. *Jo 3, 2; Mt 22, 23-24.34-36*.

¹¹ Cf. *Mt 9, 12; 12, 5; Mc 2, 23-27; Lc 6, 6-9; Jo 7, 22-23*.

¹² Cf. *Mt 5, 1*.

¹³ Cf. *Mc 7, 8*.

¹⁴ Cf. *Mc 7, 13*.

¹⁵ Cf. *Gl 3, 24*.

¹⁶ Cf. *Jo 5, 36; 10, 25.37-38; 12, 37*.

¹⁷ Cf. *Mc 2, 25-27; Jo 7, 22-24*.

¹⁸ Cf. *Mt 12, 5; Nm 28, 9*.

¹⁹ Cf. *Lc 13, 15-16; 14, 3-4*.

tam os alicerces da vocação do homem, feito à imagem de Deus; proíbem o que é contrário ao amor de Deus e do próximo e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo o homem, para lhe manifestar o apelo e os caminhos de Deus e o proteger contra o mal:

Deus «escreveu nas tábuas da Lei o que os homens não liam nos seus corações»²⁰.

1963 Segundo a tradição cristã, a Lei santa²¹, espiritual²² e boa²³, é ainda imperfeita. Como um pedagogo²⁴, ela mostra o que se deve fazer; mas, por si, não dá a força, a graça do Espírito para ser cumprida. Por causa do pecado, que ela não pode anular, não deixa de ser uma lei de escravidão. Segundo São Paulo, ela tem por função principalmente denunciar e *manifestar o pecado* que constitui uma «lei de concupiscência»²⁵ no coração do homem. No entanto, a Lei permanece como a primeira etapa no caminho do Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão para a conversão e para a fé em Deus salvador. Proporciona um ensinamento que subsiste para sempre, como Palavra de Deus.

1964 A Lei antiga é uma *preparação para o Evangelho*. «A Lei é profecia e pedagogia das realidades futuras»²⁶. Ela profetiza e preanuncia a obra de libertação do pecado, que será realizada por Cristo; e fornece ao Novo Testamento imagens, «tipos» e símbolos para exprimir a vida segundo o Espírito. Finalmente, a Lei completa-se pelo ensinamento dos Livros Sapienciais e dos Profetas, que a orientam para a Nova Aliança e para o Reino dos céus.

«Houve [...] na vigência da Antiga Aliança, pessoas que possuíam a caridade e a graça do Espírito Santo, e aspiravam acima de tudo às promessas espirituais e eternas. Sob este aspecto, já pertenciam à nova Lei. E, vice-versa, existem na Nova Aliança homens carniais, ainda distantes da perfeição da nova Lei. Para os incitar à prática da virtude, tem sido necessário, mesmo na Nova Aliança, o temor do castigo e certas promessas temporais. Em todo o caso, a Lei antiga, embora prescrevesse a caridade, não dava o Espírito Santo, pelo qual “a caridade se difunde nos nossos corações” (*Rm 5, 5*)»²⁷.

CIC 2064-2068: o Decálogo na Tradição da Igreja

2064 Na fidelidade à Sagrada Escritura e em conformidade com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu no Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2065 A partir de Santo Agostinho, os “Dez Mandamentos” têm um lugar preponderante na catequese dos futuros batizados e dos fiéis. No século XV, começou o costume de exprimir os preceitos do Decálogo em fórmulas rimadas, fáceis de decorar, e positivas, que ainda hoje se usam. Os catecismos da Igreja expuseram muitas vezes a moral cristã seguindo a ordem dos «Dez Mandamentos».

²⁰ SANTO AGOSTINHO, *Enarratio in Psalmum 57*, 1: CCL 39, 708.

²¹ Cf. *Rm 7*, 12.

²² Cf. *Rm 7*, 14.

²³ Cf. *Rm 7*, 16.

²⁴ Cf. *Gl 3*, 24.

²⁵ Cf. *Rm 7*.

²⁶ SANTO IRENEU DE LIÃO, *Adversus haereses*, 4, 15, 1: SC 100, 548 (PG 7, 1012).

²⁷ SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, 1-2, q. 107, a. 1, ad 2: Ed. Leon 7, 279.

- 2066** A divisão e a numeração dos mandamentos variou no decurso da história. O actual catecismo segue a divisão dos mandamentos estabelecida por Santo Agostinho e que passou a ser tradicional na Igreja Católica. É a mesma das «confissões» luteranas. Os Padres gregos procederam a uma enumeração um tanto diversa, que se encontra nas Igrejas ortodoxas e nas comunidades reformadas.
- 2067** Os Dez Mandamentos enunciam as exigências do amor de Deus e do próximo. Os três primeiros referem-se mais ao amor de Deus; os outros sete, ao amor do próximo:
- «Como a caridade abrange dois preceitos, nos quais o Senhor resume toda a Lei e os Profetas, [...] assim também os Dez Mandamentos estão divididos em duas tábuas. Três foram escritos numa tábua e sete na outra»²⁸.
- 2068** O Concílio de Trento ensina que os Dez Mandamentos obrigam os cristãos e que o homem justificado continua obrigado a cumpri-los²⁹. E o II Concílio do Vaticano também o afirma: «Os bispos, sucessores dos Apóstolos, recebem do Senhor [...] a missão de ensinar todas as nações e de pregar o Evangelho a toda a criatura, para que todos os homens se salvem pela fé, pelo Baptismo e pelo cumprimento dos mandamentos»³⁰.

²⁸ SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 33, 2: CCL 41, 414 (PL 38, 208).

²⁹ Cf. CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. 6ª, *Decretum de iustificatione*, can. 19-20: DS 1569-1570.

³⁰ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 24: AAS 57 (1965) 29.